



OS BENS RELACIONAIS NA CONTABILIDADE DE UMA EMPRESA DE ECONOMIA DE COMUNHÃO

Ana Amélia Nerone, Vanderlei de Lima, Vinicius Castilhos Comann, Victor Schwab Silva

RESUMO: O contexto histórico, econômico e social atual denota uma crise generalizada, uma pobreza estruturada e exclusão social, situações que clamam por um repensar da economia, por meio da inserção de novos valores. A partir desse viés, o presente estudo tem como objetivo apresentar a Economia de Comunhão (EdC), seu surgimento e principais características, dentre elas, o investimento nos chamados “bens relacionais”, como um novo modo de agir na economia, o qual coloca o homem no centro da atividade econômica. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico pensadores da atualidade como Pierre Bordieu e Milton Santos, bem como estudiosos da EdC, como Luigino Bruni, Benedetto Gui e Vera Araújo. De caráter exploratório, este trabalho buscou demonstrar se os bens relacionais interferem nos resultados e no êxito da atividade econômica.

PALAVRAS CHAVE: Crise; Economia de Comunhão (EdC); Valores; Bens Relacionais.

1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico vigente, fundamentado na produção e circulação de riquezas, revelou-se incapaz de produzir o desenvolvimento dos povos de forma integral. As finanças mundiais passam nos últimos anos por um descontrole. As medidas paliativas empregadas pelas grandes potências foram insuficientes para dar uma resposta plausível frente à crise global.

Nas últimas décadas, o mercado imobiliário e a Bolsa de Valores foram identificados como responsáveis em potencial pela falência de corporações financeiras de grande porte e nações de primeiro mundo.

Se por um lado, as Nações Unidas chegaram a intitular a década de 1960 como a “década do desenvolvimento”, hoje, sob o viés do desenvolvimento, não se pode afirmar ao certo se de fato houve progresso ou regresso. A professora de Economia da Universidade de Abidjã, Geneviève Sanze (apud FARO, 2011, p. 24) sustenta que “certamente a realidade tem demonstrado que o sucesso obtido foi muito menor do que o esperado. Portanto, é essencial repensar a ideia de desenvolvimento, utilizando outras categorias que levem em consideração outros aspectos para além da economia”.

Repensar a economia mundial é, portanto, tarefa inadiável, posto que novos valores precisam ser introduzidos no campo econômico. Começa-se, assim, a se consolidar a busca por uma maneira nova de conceber as operações financeiras, um novo mercado, os investimentos responsáveis (BORGES, 2012, p. 14).

Maria José Pereira, especialista em Finanças Responsáveis e pesquisadora do Instituto Universitário Sophia, enfatiza que o comportamento adotado por uma empresa frente à sustentabilidade influencia no momento da aquisição no mercado



de ações, de modo que “é preciso saber se a instituição utiliza os recursos naturais de forma responsável, se trata bem seus funcionários, se realmente oferece algo para a sociedade. Todos esses critérios são importantes”. (apud BORGES, 2012, p. 14) Segundo a pesquisadora, promover projetos de sustentabilidade e desenvolvimento social não é suficiente. É imprescindível, também, “prestar atenção na conduta ética de uma instituição em sentido mais amplo, já que atualmente ‘está muito na moda falar de responsabilidade, mas muitas vezes se trata apenas de uma estratégia de *marketing*’”. (apud BORGES, 2012, p. 15)

Assim, lança-se o questionamento se dentro do quadro mundial de crise generalizada, de pobreza estruturada e de exclusão social, é possível uma empresa atuar fora da lógica capitalista vigente, na qual o lucro ocupa o centro da atividade econômica?

É nesse contexto que aqui se apresenta a proposta do projeto da Economia de Comunhão (EdC), que propõe um novo modo de agir na economia, por meio da cultura da partilha e do investimento em bens relacionais, colocando a pessoa humana, e não o capital, como centro da atividade econômica.

Assim, o objetivo deste estudo é apresentar a EdC como uma resposta ao desafio da necessidade de inserção de novos valores na economia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pierre Bordieu (2001, p. 50) faz um apelo aos intelectuais e à mídia para encetarem um esforço conjunto no combate aos efeitos nefastos da globalização. Afirma que a tarefa mais urgente é a criação de novas formas de pensar e agir, que se impõe diante de uma forma de dominação baseada na instituição da insegurança.

Milton Santos (2001, p. 72-73) ao analisar os efeitos nefastos da globalização, entre eles a pobreza estrutural globalizada, sustenta que a divisão do trabalho sofreu mudanças profundas, passando de um grau relativo de espontaneidade para obedecer a cânones científicos. Trata-se de uma divisão de trabalho administrada, direcionada por um mecanismo que traz em seu âmago e em uma escala global, a disseminação da pobreza e a produção das dívidas sociais.

Contudo, essa globalização, considerada como “nefasta”, não é irreversível, pois segundo o autor, “o mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições” (SANTOS, 2001, p. 160), de modo que tais possibilidades estão presentes na sociedade quer como tendência, quer como promessa de realização.

Milton Santos propõe, assim, que uma outra globalização é possível, colocando em evidência dois tipos de valores:

É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto. Este será o resultado da conjugação de dois tipos de valores. De um lado, estão os valores fundamentais, essenciais, fundadores do homem, válidos em qualquer tempo e



lugar, como a liberdade, a dignidade, a felicidade; de outro lado, surgem os valores contingentes, devidos à história do presente, isto é, à história atual. (2001, p. 160-161)

Sensível à premência de introduzir novos valores na economia, é que em 1991 nasce em solo brasileiro o Projeto da Economia de Comunhão, lançado por Chiara Lubich, italiana fundadora do Movimento dos Focolares, a qual em razão do reconhecimento de seu trabalho no campo econômico recebeu entre os 16 títulos Doutor *Honoris Causa*, dois em Economia.

A EdC surgiu de uma intuição original de Chiara Lubich, durante a sua permanência numa cidade-testemunho dos Focolares, próxima de São Paulo, em fins de maio de 1991. Atravessando aquela cidade – como já acenamos -, Chiara Lubich ficou impressionada com a extrema miséria e com as muitas favelas que, como “coroa de espinhos”, circundavam (e ainda circundam) a cidade; uma impressão profunda causada principalmente pelo enorme contraste entre aqueles barracos e os arranha-céus luxuosos. (...) Dessa experiência brotou uma intuição: estender a dinâmica da comunhão individual dos membros dos Focolares – que já praticavam desde seus primórdios, em Trento (Itália) – às empresas, convidando empresários e acionistas a colocar o lucro delas em comum. (BRUNI, 2005, p. 26-27)

De acordo com o professor de Economia e coordenador mundial do Projeto de Economia de Comunhão, Luigino Bruni, a EdC é mais do que um projeto econômico, pois incorpora igualmente um humanismo, abrangendo atualmente cerca de 800 empresas e 9 polos industriais em âmbito mundial, dos quais aproximadamente 170 empresas e 3 polos industriais estão no Brasil.

A concepção de polos produtivos ou industriais integra os elementos fundamentais que compõem o Projeto, sendo concebidos como um laboratório visível e referência ideal e operacional também para outras empresas coligadas à EdC.

Tais polos estão distribuídos da seguinte forma:

- Polo Spartaco (Cotia/São Paulo/Brasil)
- Polo Lionello (Loppiano/Florença/Itália)
- Polo Solidariedad (O'Higgins/Buenos Aires/Argentina)
- Polo Ginetta (Igarassu/Pernambuco/Brasil)
- Polo Mariapoli Faro (Krizevci/Croácia)
- Polo Bélgica (Bélgica)

Em fase de estudo, estão os polos empresariais:

- Polo Francois Neveux (Bendevides/Pará/Brasil)
- Polo Filipinas (Filipinas)
- Polo Ottmaring (Alemanha)

Observa-se que as empresas coligadas à Economia de Comunhão são “de propriedade privada em todos os sentidos, plenamente inseridas no mercado, que



salvaguardam a propriedade particular dos bens... mas colocam o lucro – que a ideologia capitalista considera a finalidade da empresa – em comunhão”. (2005, p. 25)

A EdC propõe, portanto, um novo modo de agir econômico, por meio da cultura da comunhão, a qual se processa em dois níveis:

primeiramente deve-se adotar um novo *modus vivendi* na empresa, investindo-se em bens relacionais, e na cadência posterior, praticar uma segunda fase da comunhão a partir da tríplice distribuição dos lucros da empresa (...). (NERONE, 2005, p. 268-269)

Ao realizar uma tríplice distribuição dos lucros da empresa, uma parte é endereçada para o reinvestimento na própria empresa, outra para a formação de *homens novos* e a terceira para os necessitados.

Luigino Bruni (2000, p. 54) esclarece que a comunhão, considerada como "categoria central" da EdC, para desenvolver-se, precisa, em um primeiro momento, criar um estilo de vida empresarial, e somente após a consecução desse nível, é que se iniciará um segundo nível de comunhão, concernente à distribuição dos lucros. Constatamos, assim, que "a vida de comunhão, o **investimento em relacionamentos**, é a principal *inovação das empresas da Economia de Comunhão*, e que, inclusive, garante a permanência delas no mercado". (2000, p. 55)

A relevância, em âmbito econômico, de se investir em bens relacionais, é ressaltada pelo autor:

Atualmente existe uma enorme exigência de lançar um modo novo de ser empresário – se queremos sair da crise – e reduzir o peso dos especuladores. (...) A nossa leitura e visão do mundo é muito importante para os comportamentos que assumimos. Se vemos o mercado como uma luta a ser vencida, quando vivemos momentos de intercâmbio, no mercado ou no trabalho, a nossa tendência é aproximar-nos dessas esferas com uma atitude mental e espiritual que influencia muito os resultados que vamos obter e a felicidade (ou infelicidade) que sentimos. **Se, ao contrário, vemos o mercado como um grande network de relações cooperativas, favorecemos a criação de bens relacionais, inclusive nos momentos “econômicos” da nossa vida, e a felicidade individual e coletiva aumenta.** Além disso, fazer uma leitura do mercado como cooperação é mais consonante com a visão dos grandes clássicos da história do pensamento econômico (Smith, Mill, Einaudi, e hoje Sen ou Hirschman) e mais próximo a quanto milhões de pessoas experimentam todo dia trabalhando ou negociando, e não apenas na economia social. E como exemplos de “concorrência civil” eu citaria o microcrédito, a cooperação social, a economia de comunhão, o comércio équo e solidário. São exemplos dessa concorrência civil, ao menos como fenômenos macroscópicos. (grifou-se) – (BRUNI, 2012)

Ao investir em bens relacionais, observa-se, por meio do projeto da Economia de Comunhão, que:



A empresa põe em acção todos os meios oportunos para oferecer bens e serviços úteis e de qualidade, a preços justos.

Os membros da empresa trabalham com profissionalismo para construir e **reforçar relacionamentos** bons e sinceros com os clientes, os fornecedores e a comunidade, em relação à qual se sentem orgulhosos de poderem ser úteis.

Relacionam-se de modo leal com os concorrentes, apresentando o valor efectivo dos seus produtos ou serviços e abstendo-se de dar uma imagem negativa dos produtos ou serviços de outros.

Tudo isto permite enriquecer a empresa de um capital imaterial constituído por relacionamentos de estima e de confiança com responsáveis de empresas fornecedoras ou clientes, ou da administração pública, dando origem a um desenvolvimento económico menos sujeito à variabilidade da situação do mercado. (grifou-se)

Constata-se do exposto, que o capital imaterial imanente às empresas de EdC conferem a elas credibilidade, sendo um dos fatores positivos para o fortalecimento dessas empresas no mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em periódicos, jornais, revistas, publicações específicas, sites e livros. O trabalho aponta para soluções, tendo cunho exploratório e almejando apresentar a EdC como meio de inserção de novos valores na economia, por meio, especialmente, do investimento em bens relacionais.

Para tanto, buscou-se apresentar um breve histórico do surgimento da EdC, apontando seus objetivos e principais características, como possibilidade de superação da crise socioeconômica atual, para, na sequência, demonstrar que os bens relacionais podem se traduzir em patrimônio imaterial da empresa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A socióloga Vera Araújo destaca que a finalidade primordial das medidas de política econômica deve ser o desenvolvimento humano:

(...) no campo da reflexão sobre a teoria econômica, nos Estados Unidos, economistas de indiscutível valor – como o prêmio Nobel de 1998, o indiano Amartya Sen – aperfeiçoaram um novo conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento humano. Este conceito supera a ideia de desenvolvimento identificado unicamente com o crescimento econômico e concentra-se nas pessoas, nas suas necessidades, em alguns parâmetros fundamentais que dizem respeito às condições de vida, tais como a saúde, a expectativa de vida, o grau de escolaridade, a participação na vida social.



É o desenvolvimento humano que deve ser a finalidade e o objetivo central de todas as medidas de política econômica (...). (cf. UNDP, 1992) – (2002, p. 21-22)

Nesse sentido, Benedetto Gui, professor de Economia na Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Pádua, Itália e membro do Bureau Internacional de Economia e Trabalho, ressalta que "hoje, muito mais do que no passado, também a teoria econômica reconhece a importância, na vida econômica, da esfera das relações interpessoais". (2000, p. 64) Desse modo,

fenômenos de natureza relacional como: lealdade, conhecimento recíproco, confiança, clima de colaboração e abertura às ideias dos outros são ingredientes importantes nas organizações de sucesso (...). Começa-se então a falar em 'bens relacionais' para indicar que, na esfera das relações interpessoais, criam-se verdadeiros bens. (GUI, 2000, p. 64)

Tais *bens* denominados de *relacionais* afiguram-se como verdadeiros "bens invisíveis à economia de hoje". (GUI, 2000, p. 63-64)

Luigino Bruni, ao referir-se aos bens relacionais integrantes das empresas de EdC, esclarece que esses bens integram o "balanço invisível" da empresa. (apud PINTO; LEITÃO, 2006, p. 63)

Certo é que, empresas que investem em bens relacionais possuem um diferencial positivo, pois, segundo Rodolfo Leibholz, "o mercado confia mais em empresas de EdC, pois a relação não é só baseada em um contrato". (apud PINTO; LEITÃO, 2006, p. 64)

Nesse sentido, cabe acrescentar a afirmação de Benedetto Gui, ao afirmar que "a vida econômica é, desde sempre, fonte privilegiada de oportunidades de relação", "as redes de relações informais entre os cidadãos (...) têm efeitos econômicos tangíveis, comparáveis, por exemplo, aos de uma estrada (no caso de um bem de capital) que facilita a atividade comercial". (apud PINTO; LEITÃO, 2006, p. 31)

Assim, Armando Tortelli, empresário de EdC enfatiza que "a riqueza de uma empresa de EdC é 'considerar seu patrimônio social e humano, o que nem sempre ocorre em uma empresa comum'". (apud PINTO; LEITÃO, 2006, p. 86)

Tudo leva a crer que o especial tratamento dispensado aos bens relacionais seja o elemento responsável pelo êxito e permanência dessas empresas no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação homem-trabalho deve ser repensada e enriquecida com experiências humanizadoras, que permitam ao homem a sua realização por meio do trabalho.

A Economia de Comunhão coloca o homem, e não o lucro, no centro da atividade econômica, apregoando não a cultura do "ter", mas a cultura da partilha, investindo nos bens relacionais, característica peculiar de uma empresa de EdC.



Pela experiência exitosa das empresas de EdC no mercado, conclui-se que na atividade empresarial deve-se investir mais em bens relacionais, os quais são constituídos de *relações* e é na *reciprocidade* que podem ser usufruídos. Considerados raros, os bens relacionais são essenciais para se atingir a felicidade por meio da atividade econômica.

Esses bens que passam a constituir o patrimônio imaterial da empresa também devem ser redimensionados, a fim de que possam integrar a contabilidade da empresa, até porque interferem no êxito e no conceito de uma empresa na contemporaneidade.

6 REFERENCIAS

ARAÚJO, V. Que pessoas e que sociedade para a economia de comunhão. In: BRUNI, Luigino. (Org.). **Economia de comunhão**: uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista (SP): Cidade Nova, 2002.

BORDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES. T. Posturas sustentáveis. **Cidade Nova**. Vargem Grande Paulista-SP, edição 550, nº 2, ano LIV, p. 14-16, fevereiro, 2012.

BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Tradução José Eustáquio Rosa. Vargem Grande Paulista/SP: Cidade Nova, 2005.

_____. Para uma teoria econômica de comunhão: "coisas antigas e coisas novas". In: **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2000.

_____. Inovação, mercado e sociedade. **International oficial website**. 28.02.2012. Disponível em: <<http://www.focolare.org/pt/news/2012/02/28/innovazione-mercato-e-societa/>> Acesso em 03 de agosto de 2012.

FARO, J. A. Sem reciprocidade não há desenvolvimento. **Cidade Nova**. Vargem Grande Paulista-SP, edição 544, nº 8, ano LIII, p. 22-25, agosto, 2011.

GUI, Benedetto. Os bens invisíveis à economia de hoje. In: **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2000.

PINTO, M. C. S; LEITÃO, S. P. **Economia de Comunhão**: empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NERONE, A. A. **Economia de comunhão e cooperativismo**: entre a utopia e a esperança. 2005. 334 p. Dissertação de Mestrado. Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.